



**VI Colóquio de Epistemologia da Educação Física**  
**Epistemologia, ensino e crítica: desafios contemporâneos**  
**Vitoria-ES**  
**13 e 14 de Dezembro de 2012**

**REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, TEORIA *QUEER* E A PRÁTICA DOCENTE EM**  
**EDUCAÇÃO FÍSICA**

Julia Mara Pegoraro Silvestrin  
Maria do Carmo Oliveira Saraiva

**Resumo:** *A emergência de uma epistemologia queer da Educação Física nos permitiria pensar as práticas de movimento humano como o lugar de performatividade que questiona e desestabiliza as noções de sexo e gênero dentro da sociedade heteronormativa. Esta epistemologia se colocaria como uma estratégia de resistência à política de identidades binárias. Entendendo que a educação física pode produzir e reforçar discursos e práticas estereotipadas e limitadas sobre o corpo sexuado/gendrado, visa-se um currículo queer que busque evidenciar problemáticas relacionadas às questões de gênero que emergem nas práticas de movimento, e que possibilite novas inteligibilidades.*

**Palavras-chave:** *Gênero; teoria queer; prática docente; educação física.*

Um tema contemporâneo que vem questionando e desestabilizando muitas teorias e conceitos até então bem fundamentados, relacionados à ideia de sujeito e de identidade, é a teoria *queer*.

*Queer* vem da língua inglesa e significa estranho, excêntrico. O termo também é usado para identificar pejorativamente homens e mulheres homossexuais. Com a intenção de contestação, movimentos homossexuais deram outro sentido ao termo, *queer* passou a significar portar-se contra a normalização, ampliar as possibilidades de ser e viver.

A teoria *queer* se compreende dentro de um quadro de proposições e formulações teóricas pós-identitárias – “onde o foco sai das identidades para a cultura, para as estruturas linguísticas e discursivas e para seus contextos institucionais” (p. 60) - no quadro mais amplo do pós-estruturalismo (LOURO, 2004).

As formas convencionais de pensar e de conhecer são provocadas e perturbadas por essa “reviravolta epistemológica”, como Louro caracterizou a teoria *queer*. Portanto, ela vai além do terreno da sexualidade e nesse sentido, parece imprescindível “uma mudança epistemológica que rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão” (LOURO, 2004, p.41).

Para que essa teoria seja mais bem compreendida, precisamos voltar a questões que compõem a base epistemológica da mesma. Retornaremos então as noções de identidade/sujeito, sexo/gênero.

A ideia de identidade tem muito a ver com o descentramento do sujeito, ou seja, se o sujeito do Iluminismo era unificado e absoluto, e o sujeito sociológico (advindo da modernidade) era formado a partir das relações com os outros, hoje se entende que o sujeito pós-moderno (a partir da segunda metade do século XX) se fragmenta, desloca,

descentra, quer dizer, é composto de várias identidades, ampliando o cenário cultural de classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade (HALL, 2000).

O descentramento no pensamento ocidental do século XX se dá através de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Um deles é o impacto do movimento social e da crítica teórica feminista emergente na década de 60, que contestou o lugar da mulher na sociedade questionando a distinção do público e do privado, enfatizando a forma como os sujeitos gendrados<sup>1</sup> são produzidos e que também abordou as identidades sexuais.

Quanto ao termo gênero Joan Scott (1990) o conceitua como um construto social que, apoiado em condições biológicas (aparatos sexuais), dita modos de agir e pensar como sendo próprios de homem e próprios de mulher, sendo essa relação uma oposição binária (masculino/feminino) e gerando uma relação de poder: a supremacia da masculinidade em detrimento da feminilidade. A ideia de poder é aqui entendida no sentido foucaultiano de que ao poder se atribui a capacidade de produzir subjetividades e identidades.

Então, podemos entender que sexo e gênero são constituintes e seu binarismo é produto de uma *sexualidade compulsória* e de uma *performatividade de gênero heteronormativa*.

Para Butler (2003),

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (p.59).

Esse conjunto de atos que reiteram forçadamente as normas é chamado de *performatividade* pela autora que vê, inclusive, a identidade como performativamente constituída pelo resultado das expressões do gênero, afirmando que não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero. Isso quer dizer que ao afirmarmos uma identidade estamos fixando-a para podermos pelo menos discorrer sobre ela, o que se torna um paradoxo. Entender que o que existem são expressões de gênero, significa entender que essas expressões são mutáveis, não se cristalizam. Portanto, entendemos que se estabelece também um paradoxo em relação à afirmação de Hall que trouxemos no início desse ensaio, onde o autor fala de sujeitos compostos por múltiplas identidades que ampliam (e no caso fixam), entre outros, o cenário do gênero.

Ainda segundo a autora,

A tarefa de distinguir sexo de gênero torna-se difícil uma vez que compreendamos que os significados com marca de gênero estruturam a hipótese e o raciocínio das pesquisas biomédicas que buscam estabelecer o sexo para nós como se fosse anterior aos significados culturais. A tarefa torna-se certamente ainda mais complicada quando entendemos que a linguagem da biologia participa de outras línguas, reproduzindo essa sedimentação cultural nos objetivos que se propõe a descobrir e descrever de maneira neutra (p.160).

Se entendermos a categoria sexo como uso político da categoria natureza, como sugeriu Wittig (apud Butler, 2003) só há razão para dividir os corpos humanos em sexo masculino e sexo feminino se for para atender as necessidades econômicas da heterossexualidade. Assim, afirmar suas bases como única forma sexual e social legítima requer também uma reiteração constante das práticas que a constituem, compondo uma (hetero)sexualidade compulsória.

---

<sup>1</sup> Termo usado por Susana B. Funck na tradução do ensaio *Technologies of gender*, de Teresa de Lauretis, para significar *marcados por especificidades de gênero*.

Voltando a noção de sujeito, Louro (2004) identifica o sujeito contemporâneo como viajante pós-moderno. Metaforicamente, ela quer dizer que a viagem, o movimento, transforma a identidade, o corpo, o modo de ser e estar dos sujeitos. Essa viagem começa com a declaração “é uma menina!” ou “é um menino!” aonde essa declaração, como já vimos, supõe o sexo como um dado anterior à cultura.

Então, retornando a Butler (2003), entendemos que

A marca do gênero parece ‘qualificar’ os corpos como corpos humanos; o bebe se humaniza no momento em que a pergunta ‘menino ou menina?’ é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece (p.162).

A abjeção é entendida aqui como um processo discursivo e, entendendo que discursos habitam corpos, a autora não afirma que haja uma construção discursiva de um lado e um corpo vivido de outro. Isso se dá pelo fato de que conhecemos as coisas através do discurso e não conseguimos acessar pelo discurso coisas que estão fora do próprio discurso. A abjeção tenta sinalizar o que permanece fora dessas oposições binárias, a ponto mesmo de possibilitar esses binarismos. Ou seja, a existência de algo como abjeto, aponta que há outro algo que não é abjeto, reafirmando um binarismo.

Segundo Butler (1998), o sujeito é constituído mediante exclusão e diferenciação, onde atos de diferenciação distinguem o sujeito de seu exterior constitutivo e a exclusão se dá pela criação de sujeitos oprimidos. Quer dizer, quando existe um sujeito fundamental, existe outro a ele subordinado e isso precisa ser sempre reafirmado pelo discurso e pelas normas dos sistemas regulatórios, para que se concretize a materialização desses corpos.

Na obra *Bodies That Matter*<sup>2</sup>, de 1993, a autora aborda a materialidade dos corpos, na ideia de que alguns corpos se materializam, adquirem significado e legitimidade, enquanto outros que não importam são corpos abjetos. Enquanto argumento epistemológico, corpos abjetos não conseguem se materializar porque não são inteligíveis e enquanto argumento político, não tem existência legítima (PRINS; MEIJER, 2010).

Criticando o caráter binário e imutável do ato de nomear os corpos, a teoria *queer* nos traz que nem sempre há uma relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Isso se dá devido à diversidade das práticas e das subjetivações, que fogem a essa “norma”.

Acreditamos que uma epistemologia *queer* seja de extrema importância para ser trabalhada na formação docente em Educação Física, para assim podermos tratar de questões tão contemporâneas quanto às violências direcionadas as expressões sexuais e de gênero.

Como já apontou Saraiva (2002), nas aulas de educação física, assim como no lazer ou no esporte, as práticas de movimento estão atribuídas, e também constroem estereótipos que separam o que é próprio para meninos/homens do que é apropriado para meninas/mulheres. Ainda para a autora (1999), os valores e as normas masculinas dominantes orientam a percepção e a execução do esporte e a padronização da forma feminina de estar no espaço é de limitação em vez de expansão.

Reforçar esses estereótipos tem muito a ver com a manutenção de uma sociedade heteronormativa. O sujeito que cruza as fronteiras dos gêneros geralmente é estigmatizado como homossexual, uma identidade tida como desviante, ilegítima, imoral, incoerente.

---

<sup>2</sup> Há um trocadilho nesse título: no inglês o verbo *to matter* significa importar, ter importância e enquanto substantivo, *matter* significa matéria. Tal nota já foi apontada por Louro (2010), na tradução do capítulo introdutório dessa obra. Para manter o trocadilho, Louro o traduziu como *Corpos que pesam*.

Assim, ao assumir que práticas de movimento devem ser condizentes com as socialmente permitidas ao seu sexo priva-se da oportunidade de exercer todo seu potencial enquanto ser humano, de experimentar novos movimentos e sensações.

Ao entendermos que as subjetividades e as identidades constituem o sujeito, parece inapropriado não enxergarmos o lugar das questões de gênero e sexualidade no território curricular, pois como nos lembra Moreira (1997, p.15), o currículo é “*um instrumento privilegiado de construção de identidades e subjetividades*”.

Entendendo o currículo como uma produção cultural e política podemos perceber que nele se apoiam conteúdos que abordamos ou deixamos de abordar; onde privilegiamos assuntos, conhecimentos, comportamentos, que refletem o que esperamos do sujeito no âmbito profissional e social. Como apontam Moreira e Silva (2001), negando neutralidade, o currículo é historicamente datado e implica em relações de poder, produzindo identidades individuais e sociais.

Santos (2008) nos aponta que embates preconceituosos relacionados ao sexismo (ideia de superioridade de um sexo sobre o outro) e à homofobia (aversão a homossexuais) são travados cotidianamente na educação física escolar, e que, por não saber como lidar com a situação – docentes declararam que o currículo da instituição acadêmica não lhes preparou para essa realidade – acaba-se reforçando os estereótipos e a norma, seja pela repressão ou pelo silenciamento.

Compreendendo que o paradigma dominante na formação docente em Educação Física, até pouco tempo, foi o técnico-instrumental, pautado na racionalidade científica – no qual os conceitos de movimento humano e de corpo se apoiam sobre a perspectiva mecânica e fisiológica – e compreendendo, também, que a escola não é uma instituição alheia a crenças, concepções e valores que a sociedade traz consigo, entrar nesse território e tentar desconstruir certos aspectos dessa formação e dessa sociedade, pode ser considerado um risco, pois abala estruturas bem fundamentadas.

Refletindo as relações entre a escola e a sociedade o currículo é um instrumento que deveria atentar ao trabalho com os estereótipos e preconceitos dxs próprixs<sup>3</sup> docentes, contemplando conteúdos que passem pelos estudos dos processos culturais e pela história da constituição dos sujeitos.

Compreender a sexualidade como uma questão não apenas pessoal, mas social e política é entender que essa sexualidade é aprendida e construída. Corroborando com Louro (2010), o que se pretende não é atribuir

a escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determina-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais (p.21).

Para esse reconhecimento é preciso que docentes que atuarão na escola tenham acesso a esse conhecimento em sua formação. Nesse sentido, como aponta Silva (2002), as dimensões do gênero e da sexualidade também passam pelo currículo, mesmo não estando explícitas na grade curricular, pois fazem parte do currículo oculto, que compreende um conjunto de atitudes, valores e comportamentos implicitamente ensinados nas relações interpessoais e nas práticas institucionais.

Pensar num currículo *queer* é entender que o trabalho do currículo na formação docente não deve minimizar ou desprezar as identidades que serão encontradas nas escolas;

---

<sup>3</sup> O “x” em “dxs próprixs” (direcionado aos sujeitos da docência) tem a intenção de não marcar esquemas binários de sexualidade e gênero, recusando o masculino bem como o feminino, como já sugeriu Alice Gabriel em *Ecofeminismo e ecologias queer: uma apresentação* (publicado na Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, vol.19, no.1, Jan./Apr. 2011).

é pensar que pressupostos anti-sexistas e anti-homofóbicos podem superar o preconceito dirigido aos sujeitos que cruzam as fronteiras do que é aceito.

Essa ideia de currículo, como apontou Britzman (2010) recusa os fundamentos eugênicos e de higiene social, ou seja, recusa fundamentos que tratam essas identidades como um “empobrecimento” social e mental da raça, como inferiores e patológicas.

Para Louro (2010) um currículo *queer* estaria voltado ao processo de produção das diferenças e trabalharia com a instabilidade de todas as identidades, porque ao colocar em discussão as formas como o “outro” é constituído, levaria a questionar as estreitas relações do eu com esse outro. A autora aponta alguns aspectos que poderiam ser entendidos como princípios para esse trabalho, como o combate à homofobia, desconstruindo o processo pelo qual sujeitos se tornam normalizados, e outros marginalizados, e a problematização das estratégias reguladoras que buscam ditar e restringir as formas de ser e viver. A ideia é, então, questionar o conhecimento e o currículo, questionando aquilo que é conhecido e as formas como chegamos a conhecer determinadas coisas e não conhecer ou desconhecer outras.

Concluimos o ensaio com o entendimento de que a imagem naturalizada que se faz do sexo e do gênero reflete na percepção que o sujeito tem de si e do outro ao se movimentar. Uma epistemologia *queer* pensada na formação docente em Educação Física seria importante para que não reafirmassem na escola essa conduta naturalizada. Dessa forma, poderíamos ampliar as possibilidades das práticas de movimento proporcionando o desenvolvimento pessoal e das relações entre as pessoas, tornando inteligível o impensado – que existe, mas não se faz inteligível dentro da cultura dominante.

## REFERENCIAS

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. *Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.11-42.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MOREIRA, Antonio Fabio Barbosa. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio Fabio Barbosa. *Currículo: questões atuais*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MOREIRA, Antonio Fabio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Fabio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Currículo, Cultura e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 2001.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Tradução Susana B. Funck. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, no.1, Florianópolis, jan. 2002.

SANTOS, Luciene Neves. *Corpo, gênero e sexualidade: educar meninas e meninos para além da homofobia*. Jun.2008. p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SARAIVA, Maria do Carmo, *Co-educação física e esportes*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SARAIVA, Maria do Carmo. Por que investigar as questões de gênero no âmbito da educação física, esporte e lazer? *Motrivivência*, Florianópolis, Ano XIII, n. 19, p. 79-85, dez/2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2002. 2ed. Belo Horizonte, Autentica Editora.